



**ACÓRDÃO Nº1353/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11191/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Luciellen Ferreira Marques (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Euler Araujo da Costa - OAB/AM 10908.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2925/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte. Exercício de 2020.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte, exercício 2020, de responsabilidade da **Sra. Luciellen Ferreira Marques Marques** - Presidente e Ordenadora das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa a Sra. Luciellen Ferreira Marques** no valor de **R\$ 6.827,19** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, V da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 com redação dada pela Resolução nº 04/2018 pela prática de ato com gestão ilegítimo de que resultou em injustificado danos ao erário, pelas restrições: 19 do Relatório Conclusivo nº 34/2023-CI/DICAMI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de



**ACÓRDÃO Nº1353/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa a Sra. Luciellen Ferreira Marques** no valor de **R\$ 13.654,39** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, VI da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 com redação dada pela Resolução nº 04/2018 pela prática de ato com grave infração a norma legal, pelas restrições: 04, 05, 06 07, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 do Relatório Conclusivo nº 34/2023-CI/DICAMI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Considerar em Alcance a Sra. Luciellen Ferreira Marques** no valor de **R\$ 271.550,30** e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, fundamentado no art. 304, I, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei nº 2.423/1996, em razão de



**ACÓRDÃO Nº1353/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

despesas não comprovadas: 19 Relatórios Conclusivos nº 34/2023-CI/DICAMI, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte;

**10.5. Recomendar** à Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte que:

- 10.5.1.** Cumpra com o máximo zelo a Lei de Licitações e Contratos;
- 10.5.2.** Observe com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar nº 131/2009 – Lei da Transparência;
- 10.5.3.** Observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000;
- 10.5.4.** Observe com o máximo zelo a Lei nº 4.320/64, principalmente quanto às fases da despesa pública;
- 10.5.5.** Cumpra rigorosamente os prazos para a remessa de dados à esta Corte de Contas por meio eletrônico;

**10.6. Dar ciência a Sra. Luciellen Ferreira Marques;**

**10.7. Arquivar** os autos nos termos regimentais após o cumprimento das medidas acima.

**11- Ata:** 23ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Julho de 2023

**13- Especificação do quórum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em substituição

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral